PLANO DE TRABALHO

Rede de Acesso e Desenvolvimento Rural

Edital de Chamamento Público nº 02/2026 - SEAB/MDA
Lote 5 - Sul

Associação de Apicultores Campos Floridos - AAPICAF

Proposta para celebração de Termo de Fomento, com execução direta pela celebrante

Item	Síntese
Valor global	R$ 2.710.000,00 (limites do lote: R$ 2.310.751,73 a R$ 2.718.531,45)
Público	271 famílias e 3 associações e cooperativas da agricultura familiar
Abrangência	Paraná e Santa Catarina (2 das 3 UFs do lote, 50% das UFs do Anexo II)
Prazo	24 meses
Estrutura	Meta 1 - Diagnóstico e mobilização; Meta 2 - Apoio ao desenvolvimento associativo; Meta 3 - Apoio ao produtor

Arapoti-PR, outubro de 2026

SUMÁRIO

Parte 1: Dados e informações da OSC

Parte 2: Planejamento e gestão executiva da parceria

Parte 3: Planejamento e gestão financeira da parceria

Parte 4: Equipe de trabalho

Parte 5: Experiência

Anexo A: Plano Financeiro (Excel)

Referências

PARTE 1: DADOS E INFORMAÇÕES DA OSC

1.1 Dados da OSC celebrante

Campo	Informação
Nome da OSC	Associação de Apicultores Campos Floridos (AAPICAF)
CNPJ	09.281.784/0001-48 (aberto em 26/12/2007; situação cadastral ativa)
Natureza jurídica	399-9 - Associação Privada; CNAE 94.99-5-00
Endereço	Rua Abrão Antonio, nº 391, Vila Holandesa, Arapoti-PR, CEP 84.990-000
Telefones	(61) 98137-3300
E-mail	bpo.licitacoes@gmail.com; site: www.aapicaf.org
Representante legal	Ricardo Rodrigues Pedroso, Presidente (gestão 2025/2027)
CPF	CPF nº [redacted]
E-mail e celular do representante	bpo.licitacoes@gmail.com / (61) 98137-3300

1.2 Acompanhamento da parceria

Campo	Informação
Responsável	Ricardo Rodrigues Pedroso, Presidente da AAPICAF
Função	Presidente e responsável legal pelo acompanhamento da parceria
Telefone / e-mail	(61) 98137-3300 / bpo.licitacoes@gmail.com

1.3 Execução direta

A AAPICAF é a celebrante e a única executora da parceria. Esta proposta não adota atuação em rede (art. 35-A da Lei nº 13.019, de 2014) e, por isso, não prevê Termo de Atuação em Rede nem repasse a outras OSCs. A equipe territorial de cada UF é contratada diretamente pela AAPICAF, com supervisão da coordenação em Arapoti-PR, e o trabalho é apoiado por tecnologia (plataforma de atendimento, aplicativo de campo e assistente digital), de modo a atender o maior número de famílias dentro do valor do lote, com mais recursos em tecnologia e serviços do que em pessoal.

PARTE 2: PLANEJAMENTO E GESTÃO EXECUTIVA DA PARCERIA

2.1 Apresentação

Esta proposta responde ao Edital de Chamamento Público nº 02/2026 da Secretaria de Abastecimento, Cooperativismo e Soberania Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (SEAB/MDA), Lote 5 (Sul). O propósito é implementar, fortalecer e ampliar uma rede de prestação de serviços à agricultura familiar nos três eixos do edital: regularização documental e inclusão cadastral; comercialização e acesso a mercados; e acesso ao crédito rural.

A proposta atende 271 famílias e apoia 3 associações e cooperativas em duas UFs do lote (Paraná e Santa Catarina), em 24 meses, com valor global de R$ 2.710.000,00, calculado pelo valor de referência de R$ 10.000 por família. A atuação em duas UFs atende o mínimo de 50% das UFs do lote (item 6 do Anexo I). O número de famílias é o maior que cabe no limite máximo do lote (R$ 2.718.531,45). A proposta cobre os serviços obrigatórios dos três eixos e incorpora doze serviços desejáveis do item 4 do Anexo I.

Eixo / classificação	Valor (R$)	% do valor global
Eixo 1 - Documentação, regularização e inclusão cadastral	824.990,44	30,4%
Eixo 2 - Comercialização e acesso a mercados	592.034,08	21,8%
Eixo 3 - Acesso ao crédito rural	596.503,66	22,0%
Serviços desejáveis (item 4 do Anexo I)	161.422,66	6,0%
Gestão, monitoramento e comunicação	297.449,16	11,0%
Custos indiretos	237.600,00	8,8%
TOTAL	**2.710.000,00**	**100,0%**

2.2 Diagnóstico

A agricultura familiar é estratégica para a produção de alimentos, a segurança alimentar e a geração de renda, mas parte significativa dos agricultores enfrenta barreiras de acesso que começam na documentação (CAF, CAR, CCIR, NFP-e) e persistem no crédito, nos mercados institucionais e nas demais políticas (Edital nº 2/2026, item 3). O estudo Quem mais precisa, menos acessa (SOUZA, 2026) indica que cerca de 21% dos agricultores familiares acessaram o Pronaf no ano-safra 2024/25, e aponta burocracia, garantias e documentação como barreiras recorrentes.

Os dados do Censo Agropecuário 2017 (IBGE/SIDRA) mostram a dimensão do público potencial nas UFs de atuação. O Rio Grande do Sul, terceira UF do lote, não integra a atuação inicial.

UF	Estabelecimentos	Agricultura familiar	AF com financiamento	% AF com financ.	Famílias da meta
Paraná	305.154	228.888	59.774	26,1%	167
Santa Catarina	183.066	142.987	44.907	31,4%	104
Total das UFs de atuação	**488.220**	**371.875**	**104.681**	**28,1%**	**271**

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 2017, SIDRA (tabelas 6778 e 6896). A distribuição das famílias é proporcional ao número de estabelecimentos da agricultura familiar de cada UF. Os dados de

Pronaf por modalidade e de orientação técnica serão incorporados ao diagnóstico territorial inicial, na Etapa 1.1 do Plano de Trabalho.

Embora o Sul tenha maior acesso a financiamento do que outras regiões, uma parcela expressiva dos estabelecimentos familiares (cerca de 72%) não obteve financiamento em 2017, e permanecem entraves de documentação, de formalização de organizações e de inserção em compras públicas, que esta proposta enfrenta por meio de uma jornada integrada por família.

Território-sede: Arapoti-PR

A AAPICAF tem sede em Arapoti, município dos Campos Gerais paranaenses que serve de base de coordenação e de laboratório da jornada proposta. O Censo 2022 registrou 25.777 habitantes (estimativa de 26.325 em 2025) em 1.360 km², com densidade de 18,98 hab/km², o que significa grandes distâncias entre as propriedades e o atendimento público, uma condição que a proposta enfrenta com equipe de campo e tecnologia de atendimento. A população em idade ativa (15 a 64 anos) representa 68,78% do total, os jovens de 0 a 14 anos, 22,81%, e as pessoas idosas, 9,74%, com mediana de idade de 33,9 anos, perfil que sustenta a meta de 20% de jovens e favorece a sucessão familiar nas propriedades.

A economia local é fortemente ligada ao campo. O PIB municipal chegou a R$ 1,63 bilhão em 2023 (R$ 63.347,91 per capita), com 31,54% provenientes da agropecuária, 37,34% de serviços e 19,83% da indústria, e o valor adicionado bruto da agropecuária passou de R$ 136,3 milhões em 2010 para R$ 395,5 milhões em 2021, valores correntes. Ao mesmo tempo, o PIB recuou 2,60% em 2023, o município depende de transferências para 65,11% de sua receita e a estimativa de renda per capita mensal é de R$ 684,80, com 33,51% da população em situação de pobreza e 4,58% em extrema pobreza (estimativas Vox Civis sobre dados oficiais). O Índice de Gini, de 0,570 (Atlas Brasil, 2010), aponta concentração de renda. A taxa de formalização do trabalho é de 31,33% e o município tem 1.401 unidades locais (empresas) em 2023, ambiente favorável ao empreendedorismo, mas que exige atenção à qualidade das ocupações e à sustentabilidade dos pequenos negócios.

Indicador de Arapoti-PR	Valor	Ano	Leitura para a proposta
População (Censo)	25.777	2022	Município de médio porte, com atendimento disperso
Densidade demográfica	18,98 hab/km²	2022	Distâncias longas; justifica equipe de campo e atendimento digital
PIB per capita	R$ 63.347,91	2023	Economia relevante, com renda concentrada
Peso da agropecuária no PIB	31,54%	2023	Base econômica ligada à agricultura e à apicultura
Dependência de transferências	65,11%	2024	Pouca autonomia fiscal para políticas locais de apoio
Pobreza (estimativa)	33,51%	2023	Demanda por geração de renda e acesso a políticas
Formalização do trabalho	31,33%	2023	Espaço para formalização de empreendimentos (Etapas 2.2 e 3.4)
Esgotamento sanitário adequado	70,21%	2022	Infraestrutura ainda incompleta
Domicílios com acesso à internet	7.709	2022	Viabiliza o atendimento digital, com uso offline em campo

Fonte: Vox Civis, Vox Radar Arapoti-PR (código IBGE 4101606), relatório VOX-RADAR-4101606-20261009-001, de 09/10/2026, com base em IBGE (Censo 2022, PIB Municipal, CEMPRE), Atlas Brasil (PNUD/IPEA/FJP), Ministério do Trabalho e Tesouro Nacional. Indicadores marcados como

estimativa são cálculos da plataforma sobre dados oficiais e serão conferidos nas fontes primárias antes do envio.

Entrave	Onde é enfrentado
Documentação cadastral incompleta ou desatualizada (CAF, CAR, CCIR, NFP-e)	Eixo 1 - Etapas 1.2, 1.4, 3.1 a 3.3
Baixa formalização de empreendimentos e organizações	Eixos 1 e 2 - Etapas 2.2, 3.4
Pouca inserção em mercados institucionais e privados	Eixo 2 - Etapas 2.4 a 2.6, 3.5, 3.6
Baixo acesso ao crédito rural (Pronaf)	Eixo 3 - Etapas 2.7, 3.7, 3.8
Fragilidade de governança e gestão das organizações	Meta 2 e serviços desejáveis
Jornada de acesso fragmentada	Todas as metas (Plano Individual de Acesso)

2.3 Justificativa

A AAPICAF atua desde 2007 com apicultores e meliponicultores de Arapoti, reconhecida como Capital Estadual do Mel, em um município em que a agropecuária responde por 31,54% do PIB e que tem 1.401 empresas, mas em que 33,51% da população vive em situação de pobreza (estimativa Vox Civis, 2023) e 65,11% da receita pública vem de transferências. Esse contexto mostra que a vocação produtiva existe e que o gargalo está na documentação, na formalização e no acesso a mercados e crédito, justamente os três eixos do edital. A associação conhece de perto o desafio de transformar produção em renda e acesso a políticas públicas, e dispõe de sede, relacionamento com produtores e reconhecimento local para iniciar a jornada com rapidez. Essa atuação é reconhecida e apoiada por instituições do território, como a Prefeitura de Arapoti (inclusive por sua Unidade Municipal de Cadastro, vinculada ao Programa Terra Cidadã do INCRA), a Câmara Municipal, o IDR-Paraná, a Capal Cooperativa Agroindustrial e a Klabin S.A., conforme a Parte 5.

A proposta combina essa experiência com tecnologia de atendimento para ampliar a escala em um território de baixa densidade (18,98 hab/km²): em vez de uma rede de OSCs, uma única coordenação, com equipe própria em cada UF, plataforma comum e indicadores mensais, o que reduz custos de intermediação e concentra os recursos nas famílias atendidas. Arapoti serve de território de referência para o método, que depois é replicado em outros municípios do Paraná e de Santa Catarina.

2.4 Abrangência

A proposta atua em duas das três UFs do lote (Paraná e Santa Catarina), o que corresponde a 66,7% e atende o mínimo de 50% (duas UFs). Os municípios serão definidos no início da Etapa 1.3 com o Comitê Gestor, segundo critérios públicos: concentração de agricultores familiares, baixa cobertura de crédito, presença de organizações com potencial em compras públicas, públicos prioritários e viabilidade logística. No Paraná, a base é a região dos Campos Gerais, onde está a sede da AAPICAF (Arapoti, 25.777 habitantes e 1.360 km²), que funcionará como município de referência e centro de coordenação; em Santa Catarina, a atuação é conduzida por técnico territorial contratado e agentes de campo, com articulação local.

Em Santa Catarina, a AAPICAF identificou, no Planalto Norte catarinense, instituições e territórios com potencial de parceria, a saber: a COOARPA – Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores (Mafra); a COPAFIC (Canoinhas); a COOPERMAVI e a CAFLEMAV (Major Vieira); e a COOPERVALLE e a COOPERQUINTAL (Irineópolis), além de assentamentos de reforma agrária da região, como Herança do Contestado (Mafra), Vida Nova e São Roque II (Santa Cecília e Major Vieira) e Manoel Alves Ribeiro e Vale da Conquista (Irineópolis). A AAPICAF está em contato com essas instituições, mas ainda não dispõe da documentação formal delas (declarações, cartas de intenção e documentos de regularidade), que será submetida ao Ministério assim que for recebida. Até lá, elas são citadas apenas como possíveis parceiras, sem que sua participação esteja confirmada, e a definição da organização apoiada em Santa Catarina seguirá os critérios públicos desta seção.

UF	Famílias	% da meta	Organizações apoiadas
Paraná	167	61,6%	2
Santa Catarina	104	38,4%	1
Total	**271**	**100,0%**	**3**

2.5 Público

O público é composto por 271 famílias de agricultores familiares enquadrados na Lei nº 11.326, de 2006, com ou sem CAF ativo, e por 3 associações e cooperativas. São critérios de seleção: pertencer à agricultura familiar; residir ou produzir em município de atuação; demandar ao menos um serviço dos três eixos; e disponibilidade para a jornada. A prioridade é para mulheres, jovens, povos e comunidades tradicionais, beneficiários da reforma agrária e públicos vulneráveis. A AAPICAF tem trajetória com mulheres da cadeia apícola, o que favorece o cumprimento das cotas.

Segmento	Piso do edital	Meta da proposta	Famílias (meta)
Mulheres	50,0%	55,0%	150
Jovens	20,0%	22,0%	60
Povos e comunidades tradicionais e beneficiários da reforma agrária	15,0%	17,0%	47

2.6 Objetivos

Objetivo geral: implementar, fortalecer e ampliar uma rede de prestação de serviços à agricultura familiar, ampliando o acesso de 271 famílias e de 3 organizações do Sul às políticas públicas do MDA, em 24 meses.

Objetivo específico (edital)	Etapas	Indicadores
(a) Ampliar o alcance e a efetividade das políticas públicas do MDA	1.1, 1.2, 1.3, 1.5	IR-01; MR-01; MR-14
(b) Ampliar o acesso à documentação, regularização cadastral e fundiária	1.4, 3.1, 3.2	IR-02 a IR-04; MR-02 a MR-04
(c) Reduzir barreiras burocráticas	1.2, 1.4, 3.1 a 3.4	IR-01; IR-05
(d) Apoiar a formalização necessária ao acesso às políticas	2.2, 3.3, 3.4	IR-05; MR-05
(e) Ampliar o acesso ao crédito rural do Pronaf	2.7, 3.7, 3.8	IR-11; IR-12; MR-11; MR-

		12
(f) Ampliar o acesso aos mercados institucionais	2.4 a 2.6, 3.5, 3.6	IR-06 a IR-10; MR-06 a MR-10
(g) Promover trajetórias integradas de inclusão produtiva	Meta 2, 3.8, 3.9	MR-13; MR-14

Aderência às políticas: os objetivos da PNAAB, do Programa Coopera Mais Brasil e do Pronaf (item 3 do Anexo I) são atendidos pelas etapas de organização coletiva e governança (2.1 a 2.3), compras públicas e mercados (2.4 a 2.6, 3.5, 3.6), crédito (2.7, 3.7) e educação financeira (3.8), conforme o quadro de correspondência a ser anexado no Transferegov.br.

2.7 Detalhamento das etapas e ações

A execução se organiza em três metas, desdobradas em 21 etapas. A tabela mostra, para cada etapa, a entrega, a quantidade, o período e o custo apurado no Plano Financeiro.

Etapa	Descrição	Unidade de entrega	Qtd.	Período	Custo (R$)
1.1	Instalação da equipe, governança e monitoramento da execução	relatório mensal de gestão e conformidade	24	M1-M24	151.364,16
1.2	Diagnóstico das necessidades de acesso às políticas públicas	família diagnosticada, com Plano Individual de Acesso	271	M2-M8	195.575,06
1.3	Mobilização e busca ativa do público (campo e on-line)	família mobilizada e inscrita	320	M1-M20	97.940,16
1.4	Orientação e mobilização para inscrição, revisão e atualização do CAF	atividade de orientação e mobilização apoiada	36	M3-M21	187.170,83
1.5	Plano de Comunicação	ação de comunicação realizada	48	M1-M24	58.875,00
2.1	Diagnóstico e plano de desenvolvimento das organizações da agricultura familiar	organização com plano de desenvolvimento associativo	3	M3-M22	44.655,00
2.2	Regularização documental de associações e cooperativas	organização regularizada	2	M4-M18	6.974,27
2.3	Formação em associativismo, cooperativismo, governança, gestão e transformação digital	pessoa formada	36	M5-M20	16.551,34
2.4	Cadastro e utilização do Contrata+Brasil por cooperativas e associações	organização cadastrada e orientada	3	M4-M16	51.180,30
2.5	Elaboração e acompanhamento de projetos PAA, PNAE e demais compras públicas	projeto elaborado e acompanhado	2	M6-M22	169.382,00
2.6	Inserção das organizações em mercados institucionais e privados	organização com novo canal de comercialização	2	M8-M22	108.812,28
2.7	Projetos de crédito Pronaf de pessoa jurídica	projeto de financiamento elaborado e acompanhado	1	M8-M22	176.438,10
3.1	Apoio à inscrição e atualização do CAR	imóvel com CAR inscrito ou atualizado	203	M3-M20	202.295,97
3.2	Apoio à emissão ou atualização do CCIR	CCIR emitido ou atualizado	173	M4-M21	99.071,96
3.3	Apoio à emissão da NFP-e	agricultor habilitado à NFP-e	217	M4-M18	42.936,46
3.4	Regularização documental e fiscal individual de empreendimentos da agricultura familiar	empreendimento familiar regularizado	81	M5-M20	11.065,67
3.5	Cadastro e utilização do Contrata+Brasil por agricultores familiares	agricultor cadastrado e orientado	217	M4-M16	131.193,34
3.6	Inserção da produção em mercados institucionais e privados	agricultor com novo canal de comercialização	136	M6-M22	131.466,16
3.7	Projetos de crédito Pronaf de pessoa física	projeto de financiamento	108	M5-M22	420.065,56

		elaborado e acompanhado			
3.8	Educação financeira, gestão de riscos e gestão da unidade produtiva	família com trilha concluída	203	M8-M22	82.176,38
3.9	Avaliação de resultados, sistematização e plano de continuidade	relatório de avaliação final	1	M20-M24	87.210,00

Meta 1 - Diagnóstico e mobilização. Cada família passa por um diagnóstico assistido por aplicativo de campo, que gera a linha de base e o Plano Individual de Acesso (PIA). A mobilização combina busca ativa em campo e on-line, com reserva de 18% de famílias mobilizadas além da meta para substituir desistências. As atividades de orientação para o CAF são feitas em mutirões e plantões.

Meta 2 - Apoio ao desenvolvimento associativo. Cada organização recebe um diagnóstico e um plano de desenvolvimento, regularização documental, formação em associativismo, governança, gestão e transformação digital, cadastro no Contrata+Brasil, projetos de PAA, PNAE e demais compras públicas, inserção em mercados e, quando cabível, projeto de crédito Pronaf de pessoa jurídica.

Meta 3 - Apoio ao produtor. As famílias recebem apoio para CAR, CCIR e NFP-e, regularização de empreendimentos, cadastro no Contrata+Brasil, inserção da produção em mercados, projetos de crédito Pronaf de pessoa física e trilha de educação financeira e gestão de riscos. A meta termina com avaliação de resultados e plano de continuidade.

Tecnologia como meio. A plataforma de gestão do atendimento, o módulo de desenvolvimento associativo, as trilhas gamificadas, o aplicativo de campo com coleta offline, o assistente digital e a automação documental com assinatura eletrônica substituem trabalho manual de registro e acompanhamento, e permitem que uma equipe enxuta atenda 271 famílias em dois estados.

2.8 Metas e indicadores

ID	Etapa	Eixo	Indicador	Meta
IR-01	1.2	Eixo 1	família	271
IR-02	1.4	Eixo 1	atividade	36
IR-03	3.1	Eixo 1	imóvel	203
IR-04	3.2	Eixo 1	CCIR	173
IR-05	3.3	Eixo 1	agricultor	217
IR-06	3.5	Eixo 2	agricultor	217
IR-07	2.4	Eixo 2	organização	3
IR-08	2.5	Eixo 2	projeto	2
IR-09	2.6	Eixo 2	organização	2
IR-10	3.6	Eixo 2	agricultor	136
IR-11	3.7	Eixo 3	projeto	108
IR-12	2.7	Eixo 3	projeto	1

ID	Etapa	Meta de resultado	Meta
MR-01	1.2	Famílias com Plano Individual de Acesso (PIA) concluído	271
MR-02	1.4	Famílias com CAF ativo ou atualizado ao final da execução	244
MR-03	3.1	Imóveis com CAR inscrito ou retificado	203
MR-04	3.2	CCIR emitidos ou atualizados	173
MR-05	3.3	Agricultores habilitados à NFP-e	217

MR-06	3.5	Agricultores que registraram ao menos uma participação em oportunidade do Contrata+Brasil	92
MR-07	2.4	Organizações que registraram ao menos uma participação em oportunidade do Contrata+Brasil	2
MR-08	2.5	Contratos, chamadas ou pedidos acessados em compras públicas (PAA, PNAE e demais)	1
MR-09	2.6	Organizações com novo canal ativo de comercialização	2
MR-10	3.6	Agricultores com novo canal ativo de comercialização	136
MR-11	3.7	Novas operações Pronaf (PF) contratadas	68
MR-12	2.7	Novas operações Pronaf (PJ) contratadas	1
MR-13	3.8	Famílias com trilha de educação financeira e gestão de riscos concluída	203

2.9 Monitoramento

O monitoramento parte da linha de base de cada família e organização, registrada na plataforma. O painel de indicadores é atualizado mensalmente e alimenta o relatório de gestão. A coordenação faz revisão amostral de 5% dos registros, e a avaliação é semestral. Resultados que dependem de terceiros (emissão de CCIR, contratação de crédito, habilitação em compras públicas) são acompanhados até o desfecho, com registro das causas de não conclusão e plano de ação. O Relatório Parcial de Execução é entregue até 30 dias após o mês 12 e o Relatório Final em até 90 dias do término, conforme o Anexo IX. A avaliação externa independente (item M09) mede satisfação e resultados.

2.10 Resultados esperados

Ao final de 24 meses, espera-se: 271 famílias com Plano Individual de Acesso, 244 com CAF ativo ou atualizado, 203 imóveis com CAR inscrito ou retificado, 3 organizações com plano de desenvolvimento, novos canais de comercialização para organizações e agricultores, novas operações do Pronaf de pessoa física e jurídica e 163 famílias com ao menos três serviços concluídos. As metas numéricas constam da seção 2.8.

2.11 Cronograma de execução

Etapa	Descrição	Início	Fim
1.1	Instalação da equipe, governança e monitoramento da execução	M1	M24
1.2	Diagnóstico das necessidades de acesso às políticas públicas	M2	M8
1.3	Mobilização e busca ativa do público (campo e on-line)	M1	M20
1.4	Orientação e mobilização para inscrição, revisão e atualização do CAF	M3	M21
1.5	Plano de Comunicação	M1	M24
2.1	Diagnóstico e plano de desenvolvimento das organizações da agricultura familiar	M3	M22
2.2	Regularização documental de associações e cooperativas	M4	M18
2.3	Formação em associativismo, cooperativismo, governança, gestão e transformação digital	M5	M20
2.4	Cadastro e utilização do Contrata+Brasil por cooperativas e associações	M4	M16
2.5	Elaboração e acompanhamento de projetos PAA, PNAE e demais compras públicas	M6	M22
2.6	Inserção das organizações em mercados institucionais e privados	M8	M22
2.7	Projetos de crédito Pronaf de pessoa jurídica	M8	M22
3.1	Apoio à inscrição e atualização do CAR	M3	M20

3.2	Apoio à emissão ou atualização do CCIR	M4	M21
3.3	Apoio à emissão da NFP-e	M4	M18
3.4	Regularização documental e fiscal individual de empreendimentos da agricultura familiar	M5	M20
3.5	Cadastro e utilização do Contrata+Brasil por agricultores familiares	M4	M16
3.6	Inserção da produção em mercados institucionais e privados	M6	M22
3.7	Projetos de crédito Pronaf de pessoa física	M5	M22
3.8	Educação financeira, gestão de riscos e gestão da unidade produtiva	M8	M22
3.9	Avaliação de resultados, sistematização e plano de continuidade	M20	M24

2.12 Gestão do projeto e riscos

A gestão é conduzida pela Coordenação Geral, com apoio da gestão administrativo-financeira e de conformidade, do monitoramento e dos especialistas em crédito e em compras públicas. Um Comitê Gestor, com a AAPICAF, os técnicos territoriais e representantes das organizações beneficiárias, reúne-se mensalmente. A execução direta em duas UFs, uma delas fora do estado-sede, é o principal risco logístico e é mitigada por técnico territorial e agente de campo em cada UF, aplicativo offline, diárias e transporte previstos no plano.

Risco	**Controle**
Atraso da 2ª parcela	Parcela 1 dimensiona toda a despesa dos meses 1 a 12; relatório parcial antecipado
Abandono de famílias	Reserva de 18% de famílias mobilizadas
Baixa conectividade	Coleta offline, plantões presenciais, assistente digital por mensageria
Entraves fundiários (CAR/CCIR)	Georreferenciamento por responsável técnico, encaminhamento aos órgãos competentes
Baixa contratação de crédito	Projetos acompanhados até a contratação, educação financeira
Distância entre Arapoti e Santa Catarina	Equipe própria por UF, diárias e transporte, supervisão mensal
Dados pessoais	Governança LGPD, perfis de acesso, termo de ciência
Conflito de interesses	Declarações, pesquisa de preços com três cotações, segregação de funções

2.13 Plano de comunicação

A comunicação tem o objetivo de mobilizar o público, divulgar serviços e dar transparência à parceria. Inclui identidade visual do MDA em todas as peças, cartilhas, spots de rádio comunitária, materiais digitais, divulgação em canais da AAPICAF (www.aapicaf.org) e prestação de informações exigidas pelo art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014. Os recursos constam do item M05 do Plano Financeiro.

2.14 Fundamentação normativa

A proposta observa a Lei nº 13.019/2014 (MROSC) e a Lei nº 13.204/2015; o Decreto nº 8.726/2016; a Lei nº 11.326/2006; os Decretos nº 6.040/2007 e nº 8.750/2016; a Lei nº 12.813/2013; a Lei nº 13.709/2018 (LGPD); a Lei nº 15.178/2025; as normas de propriedade intelectual (Leis nº 9.279/1996, 9.456/1997, 9.609/1998 e 9.610/1998); o Decreto nº 12.088/2024 (Coopera Mais Brasil); o Decreto nº 11.820/2023 (PNAAB); e o Decreto nº 1.946/1996 e o Manual de Crédito Rural

(Pronaf). As ementas das Leis nº 15.321/2025 e 15.346/2026 devem ser conferidas no texto oficial antes do envio.

PARTE 3: PLANEJAMENTO E GESTÃO FINANCEIRA DA PARCERIA

3.1 Planejamento orçamentário

O valor global de R$ 2.710.000,00 é o produto de 271 famílias pelo valor de referência de R$ 10.000, e está dentro dos limites do lote. Cada um dos três eixos recebe mais de 20% do valor global, inclusive no cenário conservador, sem a Etapa 1.3 no Eixo 1. Os custos indiretos ficam abaixo de 10%.

Meta	Valor (R$)	% do valor global
Meta 1 - Diagnóstico e mobilização	690.925,21	25,5%
Meta 2 - Apoio ao desenvolvimento associativo	573.993,30	21,2%
Meta 3 - Apoio ao produtor	1.207.481,50	44,6%
Custos indiretos (CI)	237.600,00	8,8%
TOTAL	**2.710.000,00**	**100,0%**

3.2 Natureza de despesa

Categoria	Valor (R$)	% do valor global
Remuneração de equipe e encargos	854.490,00	31,5%
Serviços de tecnologia da informação	666.410,00	24,6%
Diárias e deslocamento	149.400,00	5,5%
Serviços de terceiros - PJ	771.320,00	28,5%
Materiais de consumo	30.780,00	1,1%
Custos indiretos	237.600,00	8,8%
TOTAL	**2.710.000,00**	**100,0%**

Todo o projeto é de custeio, sem despesas de capital (naturezas 3.3.90.xx). As naturezas 3.3.90.39 (serviços de terceiros PJ) e 3.3.90.40 (tecnologia) somam cerca de 60% do valor global, excluídas as diárias, os materiais de consumo e os custos indiretos, e a remuneração de equipe (3.3.90.36) cerca de 33%, em linha com a premissa de mais tecnologia do que pessoal. Em conformidade com o cadastro da proposta no Transferegov.br, as diárias e o deslocamento, os materiais de consumo e os custos indiretos estão registrados sob a natureza 3.3.90.39, e a remuneração de equipe sob a natureza 3.3.90.36.

3.3 Plano de aplicação por item

Cód.	Item	Natureza	Qtd.	Meses	Unit. (R$)	Total (R$)
P01	Coordenador(a) Geral do Projeto	3.3.90.36	1	24	7.500,00	180.000,00
P02	Coordenador(a) Técnico(a) (diagnóstico, associativismo e metodologia) - dedicação de 50%	3.3.90.36	0.5	24	6.500,00	78.000,00
P03	Gestor(a) Administrativo-Financeiro(a) e de Conformidade - dedicação de 50%	3.3.90.36	0.5	24	6.000,00	72.000,00
P04	Analista de Monitoramento, Dados e Indicadores - dedicação de 50%, apoiado pelo painel de	3.3.90.36	0.5	24	5.000,00	60.000,00
P05	Analista de Comunicação e Mobilização - dedicação de 25%	3.3.90.36	0.25	22	4.500,00	24.750,00
P06	Especialista em Crédito Rural e Pronaf - dedicação de 50%	3.3.90.36	0.5	21	6.500,00	68.250,00
P07	Especialista em Compras Públicas e Mercados	3.3.90.36	0.5	21	6.500,00	68.250,00

	(Contrata+Brasil, PAA, PNAE) - dedicação de 50					
P08	Técnico(a) Territorial por UF (equipe própria da AAPICAF) (coordenação local e Eixos 2 e 3	3.3.90.36	1.5	22	5.000,00	165.000,00
P09	Agentes de Campo (1 por UF, dedicação de 80%) - diagnóstico assistido por aplicativo, CAF,	3.3.90.36	2.4	18	3.200,00	138.240,00
T01	Plataforma de gestão do atendimento e linha de base (agentes, técnicos, famílias e organiz	3.3.90.40	302	21	16,00	101.472,00
T02	Módulo de planejamento e desenvolvimento associativo (roteiro em 7 passos)	3.3.90.40	15	20	36,00	10.800,00
T03	Trilhas de aprendizagem e engajamento gamificado (jornada de acesso)	3.3.90.40	291	21	8,00	48.888,00
T04	Implantação, customização, integrações e treinamento da plataforma (pagamento único)	3.3.90.40	1	1	140.000,00	140.000,00
T05	Suporte, hospedagem, segurança e proteção de dados (LGPD)	3.3.90.40	1	22	3.500,00	77.000,00
T06	Assistente digital de atendimento e mobilização on-line (mensageria e voz, para baixa cone	3.3.90.40	1	21	4.000,00	84.000,00
T07	Aplicativo de campo com coleta offline, evidências georreferenciadas e imagens de satélite	3.3.90.40	12	20	60,00	14.400,00
T08	Painel de dados e indicadores, integrações (CAF, CAR, Gov.br) e relatórios para o Transfer	3.3.90.40	1	1	95.000,00	95.000,00
T09	Automação documental e assinatura eletrônica de declarações, requerimentos e projetos (por	3.3.90.40	271	1	350,00	94.850,00
D01	Diárias da equipe de campo (deslocamento, hospedagem e alimentação)	3.3.90.39	660	1	150,00	99.000,00
D02	Diárias da equipe central (supervisão, oficinas e acompanhamento nas UFs)	3.3.90.39	112	1	450,00	50.400,00
D03	Locação de transporte de campo terrestre (serviço PJ)	3.3.90.39	3	18	2.200,00	118.800,00
M01	Mutirões e plantões de atendimento (logística local, espaço, material e alimentação) - qua	3.3.90.39	93	1	3.500,00	325.500,00
M02	Oficinas de planejamento das organizações (8h; facilitação, equipamentos e alimentação)	3.3.90.39	3	1	3.500,00	10.500,00
M03	Turmas de formação em associativismo, governança, gestão e transformação digital	3.3.90.39	1	1	5.200,00	5.200,00
M04	Trilhas presenciais de educação financeira e gestão de riscos (turmas de campo)	3.3.90.39	14	1	3.800,00	53.200,00
M05	Peças e ações de comunicação (cartilhas, spots de rádio comunitária, banners, vídeos e reg	3.3.90.39	1	1	75.000,00	75.000,00
M06	Materiais de consumo de campo (formulários, kits de atendimento, impressões e papelaria) -	3.3.90.39	1	1	30.780,00	30.780,00
M07	Conectividade e dispositivos móveis em locação (tablets e conectividade satelital/móvel) p	3.3.90.39	6	21	180,00	22.680,00
M08	Georreferenciamento e elaboração técnica de CAR/CCIR por responsável técnico habilitado (s	3.3.90.39	203	1	480,00	97.440,00
M09	Pesquisa de satisfação e avaliação externa independente de resultados	3.3.90.39	1	1	45.000,00	45.000,00
M10	Seminários territoriais de articulação com compradores, agentes financeiros e órgãos públi	3.3.90.39	3	1	6.000,00	18.000,00
I01	Aluguel e condomínio da sede de coordenação	3.3.90.39	1	24	1.700,00	40.800,00
I02	Energia, água, internet e telefonia	3.3.90.39	1	24	1.000,00	24.000,00
I03	Serviços contábeis	3.3.90.39	1	24	2.200,00	52.800,00
I04	Assessoria jurídica	3.3.90.39	1	24	1.500,00	36.000,00
I05	Apoio administrativo	3.3.90.36	1	24	2.000,00	48.000,00
I06	Transporte e despesas administrativas	3.3.90.39	1	24	400,00	9.600,00
I07	Auditoria independente das contas da parceria	3.3.90.39	1	1	21.600,00	21.600,00
I08	Tarifas bancárias, certificados digitais e seguros	3.3.90.39	1	24	200,00	4.800,00
	Total					**2.710.000,00**

Os valores unitários de equipe, tecnologia e serviços são estimativas de referência, a serem substituídas por cotações reais (aba Precos do Plano Financeiro, ainda a preencher). A remuneração

de equipe inclui encargos e provisões. Pagamentos em espécie não são previstos; todos os pagamentos serão por transferência eletrônica identificada via Transferegov.br. Bens e equipamentos são locados, não havendo aquisição de patrimônio.

3.4 Cronograma de desembolso

A Parcela 1 (R$ 1.355.000,00, exercício 2026) cobre toda a despesa prevista dos meses 1 a 12, respeitando a regra dos 365 dias, e a Parcela 2 (R$ 1.355.000,00, exercício 2027) é estimada para o mês 13, após aprovação do Relatório Parcial.

Mês	Despesa prevista (R$)	Repasse (R$)	Saldo de caixa (R$)
1	51.708,33	1.355.000,00	1.303.291,67
2	53.174,05	0,00	1.250.117,62
3	71.961,05	0,00	1.178.156,57
4	111.684,38	0,00	1.066.472,19
5	119.544,38	0,00	946.927,81
6	129.970,79	0,00	816.957,02
7	106.637,46	0,00	710.319,56
8	106.637,46	0,00	603.682,11
9	128.106,21	0,00	475.575,90
10	132.198,51	0,00	343.377,39
11	120.323,51	0,00	223.053,87
12	121.985,05	0,00	101.068,82
13	120.818,39	1.355.000,00	1.335.250,43
14	120.818,39	0,00	1.214.432,05
15	120.818,39	0,00	1.093.613,66
16	120.818,39	0,00	972.795,28
17	120.818,39	0,00	851.976,89
18	127.246,96	0,00	724.729,93
19	127.246,96	0,00	597.482,98
20	127.246,96	0,00	470.236,02
21	127.246,96	0,00	342.989,06
22	127.246,96	0,00	215.742,11
23	107.871,05	0,00	107.871,05
24	107.871,05	0,00	0,00

3.5 Governança, conformidade e preços

Os controles de governança, conformidade e integridade constam da aba Governanca do Plano Financeiro (28 controles), e a matriz de riscos, da aba Riscos. As compras seguirão pesquisa de preços com ao menos três cotações (item 8.2.4 do edital), com mapa comparativo e verificação de compatibilidade com o valor aprovado. Os 39 itens ainda sem cotação são a principal pendência antes do envio.

PARTE 4: EQUIPE DE TRABALHO

Cód.	Função	Dedicação	Meses	Valor mensal (R$)
P01	Coordenador(a) Geral do Projeto	1 equiv. integral	24	7.500,00
P02	Coordenador(a) Técnico(a) (diagnóstico, associativismo e metodologia) - dedicação de 50%	0.5 equiv. integral	24	6.500,00
P03	Gestor(a) Administrativo-Financeiro(a) e de Conformidade - dedicação de 50%	0.5 equiv. integral	24	6.000,00
P04	Analista de Monitoramento, Dados e Indicadores - dedicação de 50%, apoiado pelo painel de dados	0.5 equiv. integral	24	5.000,00
P05	Analista de Comunicação e Mobilização - dedicação de 25%	0.25 equiv. integral	22	4.500,00
P06	Especialista em Crédito Rural e Pronaf - dedicação de 50%	0.5 equiv. integral	21	6.500,00
P07	Especialista em Compras Públicas e Mercados (Contrata+Brasil, PAA, PNAE) - dedicação de 50%	0.5 equiv. integral	21	6.500,00
P08	Técnico(a) Territorial por UF (equipe própria da AAPICAF) (coordenação local e Eixos 2 e 3) - dedicação de 20% por UF	1.5 equiv. integral	22	5.000,00
P09	Agentes de Campo (1 por UF, dedicação de 80%) - diagnóstico assistido por aplicativo, CAF, CAR, CCIR e NFP-e	2.4 equiv. integral	18	3.200,00

Currículos e vínculos dos profissionais serão apresentados quando solicitados pela Administração Pública. A diretoria da AAPICAF (gestão 2025/2027) é composta por Ricardo Rodrigues Pedroso (Presidente), Ademir Nunes Xiriqueira (Vice-Presidente), Jamilsom Barreto (Secretário Geral), Miguel José Maria (Tesoureiro) e Ismael dos Santos Costa (Diretor Técnico), com Conselho Fiscal de três membros.

PARTE 5: EXPERIÊNCIA

5.1 Perfil institucional

A AAPICAF é uma associação privada sem fins lucrativos fundada em 26 de dezembro de 2007 em Arapoti-PR (CNPJ 09.281.784/0001-48), com 93 apicultores associados, cerca de 280 famílias na cadeia apícola e produção superior a 1.200 toneladas de mel por ano. Suas finalidades incluem o desenvolvimento da apicultura e da meliponicultura, a assistência técnica aos associados, cursos, palestras e eventos de capacitação, a defesa sanitária apícola e a gestão da marca coletiva Arapoflora. Mantém cooperação com a Prefeitura de Arapoti, o IDR-Paraná, a Klabin S.A., a Capal Cooperativa Agroindustrial, a Associação dos Agricultores Familiares de Arapoti e Região (AAFAR) e a Associação da Comunidade Quilombola Família Xavier, além de parcerias constantes do Portfólio Institucional (BO Paper e Invest Paraná). As cooperações estão documentadas em declarações assinadas, listadas no item 5.3.

5.2 Experiências prévias

Iniciativa	Descrição	Evidência
Projeto de autonomia econômica de mulheres (2025)	Qualificação, desenvolvimento de produtos e acesso a mercados para 320 mulheres na cadeia apícola; 24 ações formativas; orçamento de R$ 800.000,00 e duração de 12 meses	Portfólio institucional
Cursos EAD "Arapoti Capital do Mel e do Conhecimento"	330 pessoas capacitadas	Portfólio

Seminários técnicos e capacitações	Mais de 500 participantes	Portfólio
Expomel	Organização e parceria no evento do setor apícola	Portfólio
Assistência técnica e articulação institucional	Suporte contínuo a 93 apicultores associados, com IDR-Paraná e Prefeitura	Portfólio
Inscrição no CAF e acesso ao Pronaf (AAFAR)	Inscrição e atualização no CAF e acesso ao crédito rural do Pronaf para todos os associados da AAFAR, em Arapoti-PR (2024 – atual)	Declaração da AAFAR
Orientação a produtores em cadastro de imóveis rurais, CCIR e CAF, em articulação com a Unidade Municipal de Cadastro (UMC) de Arapoti (Eixo 1)	Orientação prévia a pequenos produtores sobre cadastro e documentação do imóvel rural, necessários ao CAF e ao Pronaf, com encaminhamento ao atendimento da UMC; atuação complementar e sem ônus ao Município. UMC instituída pelo Decreto Municipal nº 7.259/2024 e vinculada ao Acordo de Adesão INCRA nº 790/2025 (Programa Terra Cidadã).	Declaração da Unidade Municipal de Cadastro (Prefeitura de Arapoti), de 29/10/2026
Relacionamento com o IDR-Paraná no CAF (Eixo 1)	Relacionamento institucional há mais de três anos com o Escritório Local do IDR-Paraná em Arapoti, em atividades de agricultura familiar, apicultura e acesso a políticas públicas; atendimentos de CAF a integrantes do quadro associativo.	Declaração de Relacionamento Institucional do IDR-Paraná (Regional de Ponta Grossa), de 28/10/2026
Orientação ao Pronaf e ao CAF, promoção comercial e eventos (Eixos 1, 2 e 3)	Apoio a pequenos produtores com orientação para inscrição e atualização no CAF, acesso ao Pronaf, promoção comercial da produção e realização de eventos do setor, com facilitação do acesso a crédito, capacitação e canais de comercialização.	Declaração da Capal Cooperativa Agroindustrial, de 26/10/2026; Atestado de Capacidade Técnica da Secretaria Municipal Agrícola, de 29/10/2026
Expomel, Feira da Apicultora e Semana Educacional (Eixo 2)	1ª Expomel (28 e 29/11/2025, Parque de Exposição do Centro Cívico, Arapoti), organizada pela Prefeitura em parceria com a AAPICAF e apoio do IDR-Paraná; Feira da Apicultora, de apoio às mulheres apicultoras; Semana Educacional, com visitas de escolas a apiários.	Atestados da Secretaria Municipal Agrícola e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; declaração da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Parceria com a Klabin S.A. em desenvolvimento sustentável e manejo apícola (Eixo 2)	Projetos de polinização das florestas de madeira, orientação e manejo de enxames, desenvolvimento tecnológico e gestão de pequenas propriedades rurais; apoio da Klabin, como patrocinadora, aos eventos da AAPICAF.	Declaração de Parceria e Apoio Institucional da Klabin S.A., de 29/10/2026
Apoio à Associação da Comunidade Quilombola Família Xavier (inclusão produtiva)	Apoio à inclusão produtiva e socioeconômica da comunidade quilombola, no município de Arapoti-PR; projeto de apoio aprovado junto à Itaipu Binacional.	Declaração da Família Xavier; atestados e declarações do Município e da Câmara Municipal

5.3 Cooperações e declarações de terceiros

A AAPICAF apresenta declarações assinadas de organizações e instituições do território, que reconhecem sua experiência e sua capacidade de atuação em ações relacionadas ao objeto do Edital. O quadro indica o emitente, o teor relevante e o critério do Quadro 3 a que cada declaração se refere.

Emitente	**Teor relevante**	**Critério / eixo**
Associação da Comunidade Quilombola Família Xavier (Arapoti-PR)	Declaração de parceria e de experiência da AAPICAF no território	3.2; eixo 2
Associação dos Agricultores Familiares de Arapoti e Região (AAFAR)	Inscrição e atualização no CAF e acesso ao Pronaf para os associados, desde 2024	3.2; eixos 1 e 3
Capal Cooperativa Agroindustrial (Arapoti-PR)	Orientação ao CAF e ao Pronaf, promoção comercial e eventos; disposição de cooperar em mobilização e capacitação	3.2; eixos 1, 2 e 3

Klabin S.A.	Parceria em polinização de florestas, manejo de enxames e gestão de pequenas propriedades; patrocínio de eventos	2.1; 2.2 (eixo 2)
IDR-Paraná, Regional de Ponta Grossa	Relacionamento há mais de três anos; atendimentos de CAF a integrantes do quadro associativo; apoio à 1ª Expomel	2.1; 2.2 (eixo 1)
Município de Arapoti, Unidade Municipal de Cadastro (Decreto nº 7.259/2024; Acordo de Adesão INCRA nº 790/2025)	Orientação prévia de produtores em cadastro de imóveis rurais e CCIR, com encaminhamento à UMC	2.1; 2.2 (eixo 1); 3.2
Município de Arapoti, Secretaria Municipal Agrícola	Atestado de capacidade técnica: Expomel, Feira da Apicultora, Semana Educacional, CAF e Pronaf; declaração de apoio institucional	2.1; 2.2 (eixos 1, 2 e 3); 3.2
Município de Arapoti, Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Atestado de capacidade técnica e declaração de apoio institucional	2.1; 3.2
Município de Arapoti, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico	Reconhecimento da atuação em organização produtiva, promoção comercial, CAF e Pronaf; polo de apicultura com Sebrae e Senai	2.2 (eixo 2); 3.2
Câmara Municipal de Arapoti	Declaração de reconhecimento e apoio institucional	3.2

A experiência prévia de, no mínimo, um ano no objeto da parceria (art. 33, V, b, da Lei nº 13.019/2014) é comprovada pelos documentos relacionados na Declaração de Experiência de Atuação (Anexo VIII), pelas declarações do quadro acima e pelo Portfólio Institucional da AAPICAF. Há mais de três anos de relacionamento com o IDR-Paraná em ações de agricultura familiar e CAF, e atuação em CAF e Pronaf desde 2024 junto à AAFAR. Não há atividade da AAPICAF documentada em Santa Catarina; nessa UF, a atuação será feita por equipe territorial contratada e por parcerias locais.

ANEXO A: PLANO FINANCEIRO (EXCEL)

O arquivo Plano_Financeiro_Lote5_Sul_271_familias_AAPICAF.xlsx acompanha esta proposta e contém as abas Premissas, Lotes, Etapas, Itens, Pesos, Eixos, Natureza_Despesa, Fluxo_Mensal, Desembolso, Execucao_Direta, Diagnostico_UF, Publico, Indicadores, Desejaveis, Governanca, Riscos, Precos e Checks. Todas as 24 verificações de conformidade e consistência estão atendidas, exceto a pesquisa de preços, que aguarda as cotações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. Edital de Chamamento Público nº 2/2026 (SEI 55000.017085/2026-02): Rede de Acesso e Desenvolvimento Rural, com Anexos I a X. Brasília, 2026.

SOUZA, Priscila. Quem mais precisa, menos acessa: recomendações para um Pronaf inclusivo e sustentável. Rio de Janeiro: Climate Policy Initiative/PUC-Rio, maio de 2026.

IBGE. Censo Agropecuário 2017. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), tabelas 6778 e 6896. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/>.

BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014. Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13204.htm>.

BRASIL. Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8726.htm>.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>.

BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm>.

BRASIL. Lei nº 15.178, de 23 de julho de 2025. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15178.htm>.

BRASIL. Decreto nº 12.088, de 3 de julho de 2024 (Coopera Mais Brasil). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12088.htm>.

BRASIL. Decreto nº 11.820, de 12 de dezembro de 2023 (PNAAB). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11820.htm>.

BRASIL. Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996 (Pronaf). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/d1946.htm>.

VOX CIVIS. Vox Radar: Arapoti-PR, diagnóstico territorial completo. Relatório VOX-RADAR-4101606-20261009-001. 9 out. 2026. Disponível em: <https://voxcivis.ai>.

IBGE. Censo Demográfico 2022 e PIB dos Municípios 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>.

AAPICAF. Portfólio Institucional. Arapoti, 2025. Disponível em: <www.aapicaf.org>.